A LEGITIMIDADE DA CONDIÇÃO CLANDESTINA

Teresa Sales*

Segundo o Dicionário Aurélio, a clandestinidade é a qualidade ou condição de clandestino, palavra originária do latim (clandestinu) que, como adjetivo significa "1. Feito ou realizado às ocultas: encontro clandestino. 2. ilegal, ilegítimo: partido clandestino"; e como substantivo, no sentido popular, significa "3. indivíduo que se introduz sub-repticiamente em navio, avião, trem, etc., para viajar sem documentos nem passagem".

Quando estudei a migração de "corumbas" (pequenos produtores agrícolas da região do Agreste de Pernambuco que na época do corte da cana se deslocam temporariamente à Zona da Mata), o principal critério para classificar os trabalhadores rurais naquela região canavieira do Nordeste era sua condição de "fichados" ou "clandestinos" (Suarez, 1977). Usei na verdade uma auto-nomeação pré-existente na região desde o início dos anos 60 (anos que representaram um importante marco dos movimentos sociais rurais), quando os trabalhadores daquela região que conseguiram legalizar sua situação trabalhista passaram a se auto-nomear de trabalhadores "fichados".

A situação antinômica seria a dos "clandestinos", ou seja, aqueles que estavam fora dos direitos por não terem conseguido ainda regularizar sua situação trabalhista. Onde não houve esse marco de lutas pelos direitos, como no caso da região canavieira de São Paulo, os mesmos tipos de trabalhadores eram e são ainda nomeados de "bóias-frias". O sentido ali atribuído ao "clandestino" em oposição ao "fichado", é a condição do trabalhador rural de estar excluído dos direitos trabalhistas; ou seja: é clandestino não por estar em uma situação ilegal, mas por estar excluído da situação de legalidade.

Tomando um outro exemplo, dos partidos políticos clandestinos que foram fun-

dados no pós-64 e no pós-68 e que se caracterizaram todos pela sua luta contrária ao regime militar-ditatorial que se implantou no Brasil naquele ano (aí o clandestino adjetivo e não mais substantivo), nesse caso clandestino significava que eram partidos fora da lei vigente naquele regime, que se posicionavam contrariamente àquele regime por considerá-lo não legítimo e portanto eram partidos que estavam sujeitos às sanções previstas em lei. O que era uma situação inteiramente diferente daquela dos trabalhadores "clandestinos" na região canavieira: estes não estavam sujeitos a nenhuma sanção pelo fato de serem clandestinos; estavam, ao contrário, sendo credores de uma legalização de sua situação de exclusão dos direitos a que faziam jus.

Esses fatos fazem parte de nossa história, a história de nossos movimentos sociais; e vieram-me à memória para introduzir esse artigo, a partir da definição do termo "clandestino" retirada do Aurélio.

São exemplos históricos que podem ser úteis para alguém refletir sobre a situação de clandestinidade dos atuais imigrantes brasileiros, tanto em seu processo migratório, quanto em seu cotidiano enquanto imigrantes ilegais ou indocumentados em um país estrangeiro. Vou explorar a hipótese de que a sua situação se assemelha em vários aspectos à situação dos nossos trabalhadores "clandestinos" a que me referi anteriormente, ou seja, são clandestinos não porque estejam fora da lei, no sentido de estarem contrários a ela (tal como o exemplo dos partidos clandestinos), mas sim porque estão excluídos de uma lei que os deveria beneficiar.

Por outro lado, os imigrantes indocumentados desfrutam de uma condição legítima na sociedade americana que os leva a não se sentirem clandestinos (contrários às leis vigentes), mas sim excluídos dos direitos a que deveriam fazer

jus. Essa legitimidade da condição de imigrante indocumentado é lastreada, por um lado, nos pressupostos da nação americana (nação de imigrantes); e por outro, nas relações étnicas do grupo, que se vê detentor de direitos lá dos quais são preteridos no Brasil, sendo a Igreja (que é o principal vínculo de sociabilidade do imigrante brasileiro nos Estados Unidos) a principal instituição que dá suporte à legitimidade da condição clandestina do imigrante brasileiro naquele país.

As páginas que seguem constituem uma reflexão sobre a questão da clandestinidade dos imigrantes brasileiros, a partir de dados de minhas entrevistas realizadas entre setembro de 1995 e janeiro de 1996 na região da Grande Boston, estado de Massachusetts, USA.

A BUSCA DA LEGALIZAÇÃO

"Sim, eu testemunhei em favor dele no INS (Serviço de Imigração e Naturalização) e confirmei o que sabia a seu respeito: que ele é um destacado membro da comunidade, muito ativo e envolvido com as questões da comunidade, da sua igreja e com seu próprio negócio comercial. Após meu testemunho, a juíza que conduzia o processo me disse:

- Você sabe que esse homem infringiu as leis de imigração em nosso país?

- Sim, eu sei.

- Você sabe que ele infringiu a lei sobre o pagamento de impostos em nosso país?

- Sim, eu sei.

- E você ainda pensa que ele é uma boa pessoa a ponto de testemunhar em seu favor?

- Eu respondi: bem, eu não concordo com a maneira como nós enfocamos hoje nossas leis de imigração. Nós somos uma nação de imigrantes, meus avós e seus avós e a maioria de nós nessa sala provavelmente

eles estão em situação de ilegalidade porém não de ilegitimidade, o que fica cristalinamente claro no depoimento de John Stefanini. Seguirei alguns passos antes de retomar essa questão.

Quando perguntados sobre como se sentem (ou se sentiam) na situação de serem indocumentados, a maioria de meus entrevistados respondeu que no seu cotidiano não faz diferença serem ou não documentados. A diferença maior é realmente o fato de ficarem privados de ir e voltar ao Brasil a hora que quiserem ou precisarem, pela insegurança de não mais conseguir o visto para a volta, sobretudo porque está cada vez mais apertado o cerco na concessão desse visto. O depoimento de Emília (em novembro/95) é sugestivo a esse respeito: "(...sem o papel) você pode ter serviço bom, que o pessoal não liga se você tem papel ou não, mas você tem aquele sentimento, por exemplo, se meu pai ou minha mãe adoecerem lá hoje, eu tendo o papel, amanhã eu posso chegar lá, entendeu? Agora, essas pessoas que não têm papel, é um tormento para elas porque elas sabem que se precisarem ir de uma hora para outra para o Brasil, elas vão na insegurança - será que eu vou poder voltar? Então dá muita depressão. Muitas pessoas aqui têm depressão e você pode notar que a maioria são pessoas que não têm o papel. É difícil você ver uma pessoa que tem o papel ter depressão. Por quê? Porque começou a pintar saudade, o que ela faz? Pega o avião e vai para o Brasil, passa um ou dois meses, relaxa e volta, firme e pronta para outra".

São raros os casos em que alguém foi ela mesma vítima de perseguição por não portar os documentos legais. Em geral são casos esporádicos, notícias que se espalham de boca a boca de uma batida da Imigração nesse ou naquele lugar. De meus entrevistados, apenas dois passaram por experiências desse tipo aos primeiros tempos da imigração brasileira, sendo que ambos estão hoje com a situação legalizada tendo obtido o Greencard. Um deles conta que na época (1983) ele trabalhava em um abatedouro de frango nas Montanhas próximas a New York onde eram todos, entre uma maioria de brasileiros e alguns hispânicos, ilegais. Houve uma denúncia e o pessoal da Imigração foi lá,

preendeu todos os empregados e ele foi deportado de volta para o Brasil. Eram 35, sendo 28 brasileiros e desses 21 só de Governador Valadares.

As histórias mais fantásticas são contadas daquelas relacionadas à travessia e chegada. Era com essas histórias que em geral eu iniciava minhas entrevistas, sobretudo as mais interessantes, que foram as entrevistas em grupo. A tensão, o medo, todo um rito de passagem contado sempre em detalhes e com datas nunca esquecidas, terminam por se constituir tal qual uma situação de liminaridade para uma nova vida que dificilmente tem volta atrás, pois dali em diante eles nunca mais serão os mesmos brasileiros de antes.

Passado, portanto, o limite da fronteira (o batismo de fogo), seja na hora do embarque no Aeroporto, quando tem que enfrentar a Imigração, seja a fronteira propriamente dita do México, passado esse limite, a vida do imigrante brasileiro vai aos poucos entrando em uma rotina de trabalho e integração com os demais brasileiros que os faz até esquecer por vezes que estão ali enquanto imigrantes clandestinos. Conforme me dizia um líder espiritual entrevistado, "se você andar direito, não se meter em encrenca e não sair por aí achando que está no Brasil e infringindo as leis de trânsito (pois é isso o que mais pega o brasileiro), ninguém mexe com você, você pode viver aqui o tempo que quiser". A uma pergunta minha sobre como a sua igreja lidava com a questão da clandestinidade, com o fato de um fiel estar infringindo as leis daquele país, na medida em que usava falsos documentos, um outro líder religioso argumentava: "bem, nós sempre recomendamos que eles tentem conseguir o documento verdadeiro. Mas se isso não foi possível, ele precisa trabalhar, não é?"

Usei propositadamente dois depoimentos de líderes espirituais para tentar mostrar como a Igreja (aqui tomada genericamente enquanto instituição religiosa, independente do credo a que pertença), que é o principal apoio e vínculo de sociabilidade do imigrante brasileiro nos Estados Unidos, funciona como uma instituição que serve para dar legitimidade à clandestinidade. No conteúdo das falas de pastores e padres durante as cerimônias religiosas, é comum ouvir-se referências a esse assun-

to, como por exemplo, a referência ao fato de Deus ter criado o mundo sem fronteiras, que foram impostas pelos homens.

A legitimidade da clandestinidade advém também de outros fatores presentes ao cotidiano do imigrante brasileiro nos Estados Unidos, quando ele compara seus direitos lá e no Brasil. Lá ele sabe que está indocumentado, sabe que está usando um documento falso e isso até lhe tira a tranquilidade de vez em quando, em momentos cruciais em que se depara com essa situação. Porém, são momentos ocasionais, quando por exemplo lhe é solicitado a apresentação dos papéis na hora da contratação para um novo emprego. Superado esse momento, para os quais ele se vê até certo ponto acobertado pelo fato de não ser só ele que está nessa situação, segue-se o cotidiano de sua vida de todo dia, onde essa questão volta a desaparecer.

E ele assim argumenta: sim, aqui eu estou indocumentado, mas isso não me impede de ter meus filhos na escola (não poderia no Brasil dar a eles o estudo que eu dou aqui); de ter assistência médica sempre que precisar (aqui ninguém pergunta se eu tenho dinheiro pra pagar a consulta ou internação em hospital, primeiro cuidam e depois vão ver como pagar e se pode pagar); de ser bem tratado em todas as lojas, bancos, repartições públicas; de ser considerado dignamente em um trabalho que no Brasil é em geral espezinhado e mal pago. Essa comparação que o imigrante brasileiro faz entre esses "direitos" aqui e a falta desses direitos no Brasil são um outro argumento importante que vem jogar água ao moinho da legitimidade de sua situação clandestina.

Quando ele pensa, portanto, em voltar para o Brasil, é muito menos pelo incômodo dessa situação de ser um imigrante indocumentado, do que por outros fatores que lhe prendem ao Brasil: os vínculos de família e amizade, o calor humano, o amor à pátria.

* Teresa Sales é Profª Livre Docente do Departamento de Sociologia da UNICAMP e Editora da Revista Brasileira de Estudos de População. (Este artigo tem por base pesquisa realizada nos EUA com bolsa "Estágio Senior" do CNPq).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUAREZ, Maria Teresa S. Melo
(1977) *Cassacos e Corumbas*. São Paulo, Ed. Ática.